



Carta Política 2017/2018

O Fórum Baiano da Agricultura Familiar (FBAF) foi criado em 2006 e, desde então, buscou ampliar e qualificar o diálogo e a apresentação de demandas ao Governo do Estado da Bahia e Governo Federal. Integram o FBAF as principais organizações, entidades e movimentos sociais representativos da agricultura familiar e reforma agrária, pescadores, povos e comunidades tradicionais do Estado da Bahia. O FBAF além de integrar organizações de todos territórios do Estado da Bahia, também investe em manter diálogo contínuo com outras Articulações e Redes como a ASA (Articulação do Semiárido Baiano), a AABA (Articulação de Agroecologia da Bahia), Fórum Estadual de Economia Solidária e Redes de Escolas Família Agrícola (AECOFABA E REFAISA).

A Bahia é diversa e tipicamente rural, possui o maior número de agricultores/as familiares do país, tendo mais de 700 mil de agricultores/as familiares, além disso 90% dos municípios baianos possuem características rurais, podendo ser considerados municípios rurais. Neste sentido, podemos afirmar que o Estado da Bahia é um Estado Rural, assim sendo fica evidenciada a necessidade de políticas e ações pujantes para o campo.

As organizações e movimentos sociais que integram o FBAF, historicamente, pensam e experimentam soluções e tecnologias que tem se transformado em políticas públicas ao longo dos governos populares do Presidente Lula e da Presidenta Dilma.

Não se pode negar que o Rural Baiano não é mais o mesmo de 10 anos atrás, os indicadores sociais avançaram e apontam mudanças significativas, a situação de pobreza no campo foi reduzida, as famílias passaram a ter acesso a água, a moradia, a escola, a assistência técnica, a políticas de comercialização e economia solidária, o transporte e as estradas melhoraram. No entanto, embora as ações tenha mudado a realidade da vida da população do campo, ainda persistem sinais de vulnerabilidade social e econômica.

Entendemos que um dos elementos necessários para ter **O CAMPO COM GENTE E COM DIREITOS** é Democratizar a comunicação, para valorizar a nossa própria cultura, que esta ainda viva no campo e é uma das nossas bandeiras mais importantes. Este é um dos investimentos necessários para a agricultura familiar e agroecológica no nosso estado.

Uma marca do FBAF tem sido a busca pelo respeito à diversidade de representações existentes na Agricultura Familiar e Reforma Agrária e, ao longo dos anos, o Fórum ampliou a sua capacidade de representação, conseguindo concentrar esforços, construir convergências e pautas. Este documento expressa isso.

Para que no período de 2017/2018 se inicie a implementação do planejado pelo conjunto do governo e da sociedade, em continuidade e aprimorando o nosso projeto estado e de país, é que encaminhamos estes pontos de pauta que seguem a dinâmica da observação e o diálogo constante com a base e exigem atenção e encaminhamentos concretos:

1. Regularizar a Lei de Convivência com o Semiárido, bem como a implantar o Programa de Convivência com o Semiárido;
2. Implementação e ampliação dos Projetos de Captação de Água da Chuva, de 1ª e 2ª Água;
3. Na Educação do Campo, solicitamos ações urgentes para um novo e amplo modelo de educação para o campo e no campo, baseado no respeito à identidade do meio rural, tendo a educação contextualizada e outras pedagogias como instrumentos de desenvolvimento das comunidades e dos pequenos municípios rurais, ressaltando que estas demandas já foram identificadas repetidas vezes ao longo dos últimos anos, inclusive em conferências, eventos diversos, audiências públicas, documentos e afins. Para esta ação reivindicamos:
 - a. Ampliação da aquisição dos alimentos da Agricultura Familiar no âmbito do PNAE Estadual, visto que a Secretaria de Educação do Estado da Bahia adquire abaixo do mínimo obrigatório que é de 30%. A SEC precisa priorizar a compra de produtos da Agricultura Familiar, desburocratizando a compra, priorizando cardápios regionais com preços justos e reconhecendo as especificidades da agricultura familiar e suas limitações;
 - b. Retomada do processo de formação de professores e professoras do campo dentro da proposta política e pedagógica da Educação do Campo Contextualizada;
 - c. Rever e rediscutir o fechamento das Escolas do Campo, um processo que vem crescendo em todo estado e negando o direito das crianças da agricultura familiar ter acesso a educação do campo e no campo;
 - d. Liberação dos Convênios das Escolas Famílias Agrícolas com a Secretaria Estadual de Educação no início do ano letivo e não como o Estado vem fazendo que é o pagamento somente no final do ano letivo. Atentando que neste momento existe atraso de pagamento de 30 convênios que atendem 3500 estudantes do campo, totalizando 12 milhões de reais sem pagamento;
4. Priorizar ações de regularização fundiária e ambiental sendo:
 - a. Celeridade do processo de regularização fundiária das terras públicas, incluindo as áreas coletivas de fundo e fecho de pasto e povos e comunidades tradicionais (quilombos e áreas indígenas), dando ênfase ao funcionamento da CDA;

- b. Priorizar o CEFIR, contratando Organizações da Sociedade Civil prestadoras de serviços de ATER, como política de segurança socioambiental para a agricultura familiar. O CAR não atende as principais exigências adotadas pelo Governo do Estado da Bahia;
5. Construção coletiva e Encaminhamento do Projeto de Lei da Política Estadual de Agroecologia;
6. Fazer acontecer a Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural, conforme orienta seu escopo e também seguindo os preceitos do Plano Nacional de ATER e Política Nacional de Agroecologia e Orgânicos, dando prioridade para:
- a. Ajustar o Orçamento 2017/2018 da Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER para atendimento a 150 mil famílias, garantindo atendimentos para juventude, para as mulheres e para os empreendimentos solidários (cooperativas e associações) com abertura imediata de novos editais. Com projeção de até 2020 chegar a 350 mil famílias atendidas;
- b. Equiparação do orçamento de ATER para agricultura familiar, direcionando o orçamento da extinta EBDA para ATER;
- c. Estruturação e acompanhamento do funcionamento dos SETAF's e SEMAF's, ampliando condições para agricultores e agricultoras acessarem as políticas públicas;
7. Solução imediata do impasse da comercialização dos produtos beneficiados e processados da agricultura familiar, visto que as exigências feitas por parte da ADAB impedem a comercialização feita por parte dos agricultores e agricultoras familiares do Estado.
8. Fortalecimento, continuidade e ampliação da Política Estadual de Economia Solidária, enfatizando:
- a. Ampliação e diversificação das ações de Apoio a Infraestrutura dos Empreendimentos Econômicos Solidários, urbanos e rurais através de novos editais da SETRE, do Programa Bahia Produtiva e de outras formas complementares de apoio;
- b. Adequação da política de crédito do Desenbahia e BNDES para os Empreendimentos de Economia Popular e Solidária;
- c. Ampliação da política de Comercialização da Agricultura Familiar, garantindo recursos para estruturação e assessorias aos Armazéns da Agricultura Familiar, Espaços de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária e Feiras de Comercialização;

- d. Construção de Plano Estadual de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária, garantindo espaços de participação da sociedade civil;
9. Intensificar investimentos na Democratização da Comunicação, ampliando o acesso a informações de qualidade, sem manipulação e com credibilidade. Enfatizando apoio às iniciativas de TVs locais e Rádios Comunitárias Locais, visto o programa de democratização da comunicação do Minicon/TVs da cidadania/IRDEB;
10. Desenvolver ações emergenciais de atendimento as famílias vítimas da estiagem:
 - a. Ampliação do número de carros pipas para abastecimento das cisternas e demais reservatórios de água;
 - b. Retomada do Programa Bolsa Estiagem;
 - c. Ampliação da Rede de Abastecimento de Água Potável, implantando Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água Potável;
 - d. Criação do Programa de Aquisição de Alimentos Estadual com doação simultânea par famílias vítimas da estiagem e em situação de vulnerabilidade econômica e social;
 - e. Retomada do Programa de Repovoamento de Animais, integrando com a implantação dos Fundos Rotativos de Animais geridos pelas organizações sociais;
 - f. Ampliação de Programa de Segurança Alimentar e Hídrica para os agricultores e agricultoras;

No processo de negociação das demandas apresentadas será feito o detalhamento necessário dos pontos destacados neste documento.

Reafirmamos nosso compromisso e luta por um Brasil e uma Bahia Rural com gente e mais direitos.

Fórum Baiano da Agricultura Familiar